



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO ESCOLAR FRENTE À  
PERSPECTIVA DA POLÍTICA INCLUSIVA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Elisa Rossi Bueno**

**São João do Polêsine, RS, Brasil  
2011**

# **A GESTÃO ESCOLAR FRENTE À PERSPECTIVA DA POLÍTICA INCLUSIVA**

por

**Elisa Rossi Bueno**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de

**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Elena Maria Mallmann**

**São João do Polêsine, RS, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO ESCOLAR FRENTE À PERSPECTIVA DA POLÍTICA  
INCLUSIVA**

elaborada por

**Elisa Rossi Bueno**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Elena Maria Mallmann, Dr<sup>a</sup>.** (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

**Simone Freitas da Silva Gallina, Dr<sup>a</sup>** (UFSM)  
(examinadora)

**Liliana Soares Ferreira, Dr<sup>a</sup>** (UFSM)  
(examinadora)

São João do Polêsine, 17 de setembro de 2011.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A GESTÃO ESCOLAR FRENTE À PERSPECTIVA DA POLÍTICA INCLUSIVA**

AUTORA: ELISA ROSSI BUENO  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup>.ELENA MARIA MALLMMAN  
São João do Polêsine/RS, 17 de setembro de 2011.

O presente trabalho faz a relação entre a inclusão e a gestão escolar e quais são as medidas adotadas para implantação da política inclusiva. Pretendeu-se, por meio deste estudo, investigar o campo da prática da inclusão em uma escola da rede pública e municipal da cidade de Vera Cruz, RS. Considera-se essa uma proposta em potencial, pois é justamente a relação entre a gestão escolar com toda a comunidade escolar que possibilitará a inclusão social e pedagógica dos alunos. O embasamento teórico é pautado em autores como Libâneo (2001), ao mencionar à importância de uma gestão escolar democrática e participativa; Carvalho (2008), a visão de que o termo diferente deve ser pensado sobre a ótica da diversidade, das especificidades de cada um. Para a construção dos dados, observou-se na escola, o comportamento dos alunos incluídos, de seus colegas e professores em sala de aula e no pátio. Percebeu-se que a aceitação das diferenças pelos colegas é muito tranquila, alguns professores, no entanto, demonstram anseios. Também, realizou-se entrevista com a equipe diretiva da escola, buscando identificar o envolvimento dos sujeitos do campo educacional com relação às práticas inclusivas. Os resultados obtidos indicaram alguns professores sentem-se despreparados e ansiosos. Existe também a falta de participação dos pais e da comunidade escolar junto à escola. A inclusão está em processo, por isso o sucesso da gestão escolar depende da participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Palavras-chave: Educação. Gestão Escolar Democrática. Inclusão

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

MANAGEMENT SCHOOL FORWARD TO INCLUSIVE POLICY PERSPECTIVE

AUTHOR: ELISA ROSSI BUENO

ADVISOR: Prof. Dr. MARIA ELENA. MALLMMAN

São João do Polêsine/RS, September, 17<sup>th</sup>, 2011.

## **ABSTRACT**

This study does the relation between inclusion and school management and what are the measures taken for implementation of inclusive policy. It was intended, through this study, investigating the field of research of practice of inclusion in a public and municipal school from Vera Cruz, RS. It is considered a potential proposal, because it is just the relation between the school management with all school community that will enable social and educational inclusion of students. The theoretical basis is ruled by authors such as Lebâneo (2001), by mentioning the importance of a democratic and participatory school management; Carvalho (2008), the view that the different term should be thought about the perspective on the diversity and the specificities of each one. For the construction of the data, observed in school, student behavior included their classmates and teachers in the classroom and in the yard. It was noticed that the acceptance of differences by classmates is very quiet, some teachers, however, show expectations. Also, there was an interview with the school management team, seeking to identify the involvement of the subjects in the educational field of research about inclusive practices. The results indicated that some teachers feel unprepared and anxious. There is also a lack of participation of parents and the school community with the school. The inclusion is in the process, so the success of the school management depends on the participation of all subjects involved in the educational process.

**Keywords:** Education. Democratic School Management. Inclusion

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	03
1.1 Contextualização .....	03
1.2 Objetivos.....	06
1..2.1 Objetivo geral.....	06
1.2..2 Objetivos específicos .....	06
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	07
2.1 Aspectos históricos do processo educativo das pessoas com deficiência ..	07
2.2 Marcos legais sobre Política Nacional de Educação Especial no véis da educação inclusiva .....	13
2.3 Gestão Escolar: um olhar para o contexto da educação inclusiva.....	18
<b>3. METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	23
3.1 Sujeitos da pesquisa .....	23
3.2 Procedimento .....	23
3.3 Coleta de dados.....	24
3.4 Análise dos dados .....	24
3.5 Abordagem metodológica:estudo de caso.....	24
3.6 Analise e Discussão dos dados .....	25
<b>4. NOTAS DE ENCERRAMENTO</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

A Especialização em Gestão Educacional me proporcionou maiores conhecimentos acerca das legislações, deveres e direitos dos alunos, professores, funcionários, pais e equipe diretiva da escola. Também, foi possível visualizar que a política e a economia influenciam no campo educacional.

Percebeu-se que existem distinções de funções e ações dentro da gestão educacional e da gestão escolar, e que no processo educacional atual, as escolas buscam uma gestão calcada nos princípios de democracia e participação.

Em virtude do supracitado percebeu-se a necessidade de realizar uma pesquisa que englobasse este novo conhecimento com o já apreendido ao longo da Graduação em Educação Especial. Com isso foi proposto estudar a gestão escolar no processo da inclusão.

A política inclusiva menciona que todos os alunos devem estar incluídos nas escolas em classes regulares. Mas acredito que incluir não signifique apenas agregar o aluno com deficiência em uma sala regular integrando-o socialmente com as outras crianças com desenvolvimento típico. Esse ato não caracteriza-se como inclusão, mas um processo de integração, pois integrar significa que a pessoa com deficiência deve modificar-se para poder dar conta das exigências da sociedade.

No entanto a inclusão seria o processo pelo qual a escola deve adaptar-se transformar-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens com deficiência (Mendes e Silva, 2001).

Por isso, percebeu-se que não basta existir leis e normas que ditem a inclusão, pois é necessário que a escola, seus gestores sendo esses os autores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, tais como professores, funcionários, alunos, pais, comunidade escolar e a equipe diretiva, participe efetivamente para que a inclusão seja implementada dentro da escola.

A proposta deste trabalho refere-se à gestão escolar frente à implantação da política inclusiva em uma escola da rede pública do Município de Vera Cruz– RS.

A educação inclusiva está fundamentada numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, garantindo o acesso de todos à educação escolar. O pensamento

inclusivo ressalta as potencialidades dos alunos com necessidades educativas especiais, ao invés de estigmatizar.

O reconhecimento e a valorização da especificidade do aluno incluído irão proporcionar um maior conhecimento frente quais serão as estratégias e as metodologias específicas, inclusive a readaptação curricular, estrutural e física da escola.

No entanto, para que esse reconhecimento inclusivo supracitado ocorra, é necessário que a gestão escolar seja democrática e participativa. Assim, os objetivos, metas, soluções de problemas e os planos de ação serão mais bem planejados, executados, avaliados e efetivados.

Uma gestão escolar democrática e participativa torna a escola mais ativa, e, conseqüentemente, suas práticas geram reflexos na comunidade escolar, instigando sua participação, envolvimento e comprometimento com o processo inclusivo e com o principal, o sucesso no processo ensino-aprendizagem.

Considerando o importante papel da gestão escolar na construção da escola inclusiva. Sabe-se o quão é essencial que as decisões, propostas, planos, metas traçadas dentro de uma escola perpassa por todos os autores envolvidos com a escola, sejam eles os funcionários, pais, professores ou alunos.

Desta forma, o objetivo dessa pesquisa foi obter apontamentos que demonstrasse se a gestão escolar tem a participação de professores, funcionários, alunos, pais e da comunidade escolar. Se esses atores estão participando das decisões, e se o diretor deixa de ser o único responsável pelo sucesso da gestão democrática na escola.

A direção tem o papel de orientar, por em prática e cuidar para que as ações, propostas sejam concretizadas. Garantindo, assim, o bom andamento da escola, do processo educacional, participação e democracia dentro da escola.

É por esses e muitos outros pontos que a pesquisa enfoca-se nos desafios que surgem para os gestores com a implantação da Política Inclusiva na escola. Assim, quais foram as providências e as atitudes adotadas pela gestão escolar, a fim de contribuir para a efetiva inclusão dos alunos de modo que estes não fiquem apenas integrados na escola.

Sabe-se que a gestão escolar tem que estar atenta às especificidades de cada aluno, bem como a diversidade cultural existente na escola. Cabe agora ressaltar que é função da gestão escolar, a qual situa-se no microssistema, com base nas

políticas públicas, trabalhar para o sucesso do ensino e aprendizagem. Por isso, torna-se imprescindível que os gestores escolares tenham conhecimento sobre a política inclusiva. E é sobre este tópico que o estudo discute, até que ponto os gestores da escola pesquisada estão à parte de todo o processo de inclusão.

Percebe-se atualmente uma forte preocupação pela educação inclusiva, para que todos os alunos possam conviver juntos, aprender e participar de todos os planos da escola sem nenhum tipo de discriminação. Mas, não basta escrever a política da educação inclusiva nem somente colocar os alunos nas classes regulares.

Entende-se que, para uma efetiva inclusão o ideal é que antes, ao mesmo tempo e no decorrer do convívio com os alunos incluídos a escola aproprie-se das mudanças que deveram ser realizadas, tanto nos processos de reorganização física como educacionais básicas. Tendo em vista que é com a convivência dos alunos incluídos com a comunidade escolar e com a escola (física) que apareceram as suas particularidades.

Foi esses apontamentos citados anteriormente que evidenciou a importância de pesquisar-se sobre como a escola pública reage diante da inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes comuns e quais as providências de estrutura física, de conteúdos, materiais que possam auxiliar este aluno no seu processo ensino aprendizagem.

Segundo o que consta na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva objetiva-se:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas( MEC/SEESP, 2008).

A inclusão está posta e é preciso convocar os gestores a participarem mais efetivamente das políticas educacionais, dos direitos dos alunos e exigir materiais, adequados as necessidades de cada aluno, bem como a reorganização

arquitetônica das escolas, para proporcionar de forma mais efetiva o processo ensino aprendizagem, sem descuidar das formações continuadas para os professores.

A questão central da pesquisa foi: como a gestão escolar de uma escola pública da rede Municipal de ensino de Vera Cruz compreende e implementa a Política Inclusiva?

A pesquisa foi realizada durante o período de maio de 2011 à agosto de 2011, na cidade de Vera Cruz, localizada no estado do Rio Grande do Sul.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Pesquisar quais são as ações práticas adotadas pelos gestores escolares de uma escola pública para garantir a implantação da Política Inclusiva.

### **1.2..2 Objetivos específicos**

- Perceber se dentro da escola a gestão escolar está sendo participativa e democrática quanto às decisões referentes às mudanças de espaço físico, curricular para a adequação no atendimento de crianças com deficiências;
- Analisar se o que foi relatado durante a entrevista com a equipe diretiva com relação à aceitação da inclusão, o conhecimento da política inclusiva, as ações está de fato ocorrendo no cotidiano escolar.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2. Aspectos históricos do processo educativo das pessoas com deficiência

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2002, p.72).

A sociedade demonstra certa resistência em aceitar tudo que é novo, diferente, principalmente se essa diferença estiver relacionada às pessoas. Na Antiguidade, como a sociedade tinha uma característica nômade, as pessoas com deficiência seriam um fardo a mais para carregarem, por isso eram abandonadas a própria sorte, ou exterminadas (LAMPERT et al, 2001).

Na Grécia antiga existia o culto ao corpo perfeito, forte, inteligente, logo os deficientes eram excluídos, sendo muitas vezes sacrificados ou escondidos do resto da sociedade (MEC/SEESP, 1997).

Em Roma, aqueles que nasciam deficientes eram mortos ou abandonados às margens do rio Tigre onde escravos ou plebeus os resgatavam, os cuidavam e depois que cresciam um pouco eram utilizados como forma de arrecadar dinheiro, ou seja, colocavam-nos a pedir esmolas (RAMPELOTTO, 2005).

Durante a Idade Média, com o advento do feudalismo a Igreja passou a influenciar e controlar diversos setores da sociedade. Surge o pensar no deficiente como algo ligado ao pecado ao demônio, pois se o homem era dito a imagem e semelhança de Deus, uma criança que nasce deficiente não era de Deus. Assim as pessoas deficientes embora não mais sacrificadas, eram vítimas do descaso e da marginalização (RAMPELOTTO, 2005).

Com o termino da Idade Média, sob a influência cristã, surge instituições voltadas ao atendimento assistencialista, que recebem, acolhem os indivíduos deficientes que segundo os padrões da sociedade não podiam conviver entre os outros, pois eram vistos como marginais (LAMPERT, 2001).

Do século XVI até hoje ocorreram várias evoluções nos pensamentos ocasionados por transformações sociais, religiosas, econômicas, e com as novas idéias da filosofia humanista, desenvolveu-se o pensamento científico, onde começavam os primeiros estudos sobre as causas da deficiência.

Foram criadas para o atendimento as pessoas com deficiência no Brasil na época do Império, O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro (MAZZOTTA, 1996).

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” nestas instituições (MAZZOTTA, 1996).

Algumas instituições como Hospital Juliano Moreira em Salvador (1874) e a Escola México Rio de Janeiro (1887), abrigavam essas pessoas excluídas do convívio social (MAZZOTTA, 1996).

É através destes fatos históricos constata-se o quanto nossa sociedade passou e ainda passa por diversas opiniões, julgamentos e práticas sociais e pedagógicas envolvendo a exclusão social do deficiente, o atendimento segregado, a integração e a mais recente de toda a filosofia da inclusão social.

Ao final do século XVIII surge em primeiro plano uma proposta calcada no modelo médico-terapêutico com o intuito de levar às pessoas deficientes a normalidade. Em princípio a Educação Especial organizou-se a fim de ofertar um ensino especializado, substituindo a escola comum, para as pessoas com deficiências. Isso gerou instituições específicas, as chamadas escolas especiais e classes especiais que apesar de visarem o ensino-aprendizagem a igualdade da educação para todos, não deixa de demonstrar a exclusão das pessoas deficientes, pois todas as pessoas têm de estar integradas e incluídas no ensino regular, a fim de que possam estabelecer trocas pessoais (RAMPELOTTO, 2005).

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Durante o século XX ocorreram profundas transformações na Educação Especial. E o conceito de necessidades educativas especiais, bem como, o destaque

para a importância da escola em se adaptar à grande diversidade dos alunos foi uma expressão desta nova realidade (MEC/SEESP, 2008).

Foi na primeira metade do século XX segundo Marchesi et al (2004) que a deficiência começa a ser pensada não mais como algo puramente orgânico, ou seja, um problema intrínseco a criança que acarretava limitações que a impossibilitavam de receber uma educação.

Essa visão trazia consigo os testes de inteligências, que excluindo mais crianças das escolas, pois os alunos que não atingissem as pontuações desejadas eram considerados incapazes de aprender e conviver com as outras crianças em uma mesma escola. Esse fato levou as crianças deficientes a serem atendidas separadamente em instituições que privavam seu contato com as crianças de desenvolvimento típico.

Deixa-se de lado aquela educação segregadora para desenvolver uma escola integrativa. A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola (MEC,1994).

E a partir da década de 1960, os movimentos sobre a educação especial e suas mudanças ganham espaço para discussões e reformulações. Agora percebe-se que com a intervenção pedagógica, que com o convívio dos alunos deficientes com os de desenvolvimento típico, gerará um resultado positivo. O aluno deficiente antes visado somente pelas suas limitações, pelo que não era capaz de fazer, ganha o direito de esboçar suas potencialidades.

E como menciona Marchesi et al (2004) os professores têm que levar em conta o conhecimento inicial que o aluno trás em sua “bagagem de vida” e trabalhar a partir daí com a intenção de ajudar e complementar e organizar os novos conhecimentos que viram. Referente a isso Marchesi et al (2004) relata:

[...] não se deve supor que alunos de uma mesma sala de aula, ainda que tenham a mesma idade ou a mesma deficiência, enfrentarão de igual maneira o processo de aprendizagem. As demandas dos alunos são distintas, e, por isso, se põe em questão a prática habitual de agrupá-los exclusivamente em função de sua deficiência (Marchesi, 2004, p.18).

Esse pensamento levou a consolidação do processo de integração. Mas o que ocorreu muito durante este processo, e hoje mesmo com a Política de Inclusão ainda

ocorre é à exclusão dentro da integração, ou por que não pensarmos dentro do novo paradigma da Educação Especial da Inclusão.

Pois durante o paradigma integrativo muitos foram os pontos positivos, e avanços no ensino-aprendizagem das crianças deficientes, mas teve o outro lado, o lado obscuro, que era o de apenas integrar a criança na sala de aula regular, deixá-la lá sem modificar a aula para que esta, também, de alguma maneira pudesse estar a participar.

No paradigma integrativo a pessoa com deficiência precisava normalizar-se para participar da vida em sociedade, assim ao mesmo tempo em que o processo integrativo visava à integração dos alunos com deficiência, ainda havia a seleção a exclusão dos que não conseguiam se adaptar.

O autor Sassaki (1997, p. 32), critica o modelo integrativo mencionando que “a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia; isso acontecia inclusive na escola”.

Ou seja, muitos alunos eram apenas presença física nas salas de aulas, e os alunos deficientes que ainda não conseguiam adaptar-se as exigências sociais e eram novamente excluídos, pois a falha em integrar estava no modelo normalizador.

A integração embora não tenha englobado todos os alunos na educação, contribuiu com mudanças profundas no ensino-aprendizagem. Críticas foram feitas sobre o processo integrativo, mas este impulsionou e guiou as novas medidas educacionais, e a visão de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Apesar de reconhecermos os avanços decorrentes do paradigma segregativo para o paradigma integrativo. Percebemos que mesmo na tentativa de fazer uma educação a todos à integração apresentou algumas falhas. Como cita Rodrigues (2001), no contexto da educação integradora de Portugal.

Criaram-se notoriamente dois tipos de alunos nas escolas públicas: os alunos com necessidades educativas “normais” e os alunos com necessidades educativas “especiais”. Ora, este entendimento dicotômico da diferença criava situações de desigualdade ostensiva: os alunos que tinham, uma deficiência identificada (mesmo que com dificuldades específicas de aprendizagem, problemas de comportamento, insucesso escolar, oriundos de minorias étnicas, etc.) não encontravam apoio, permanecendo esquecidos e muitas vezes marginalizados (Rodrigues, 2001, p.8).

Pode-se perceber que a lacuna deixada pelo processo integrativo deu-se pela tentativa de homogeneizar, fisicamente, funcionalmente e socialmente, as diferenças dos seus alunos, o que resultou na exclusão dos que não conseguissem atingir está adaptação.

Segundo Rampelotto (2005) foi a partir da década de 1990 que o paradigma inclusivo floresceu. Constituiu-se em meio a discussões sobre a Educação Especial nas Conferências Mundiais, tais como: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jontiem, na Tailândia, e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, na Espanha.

Por este caminho o paradigma inclusivo chega ao Brasil. Na proposta brasileira a perspectiva da educação inclusiva, está calcada no direito a todos a educação, as políticas inclusivas visam garantir a todos os alunos, indistintamente, o acesso a educação de qualidade em escolas de ensino regular e a complementação do ensino especial.

Através dos estudos sobre as principais discussões que suscitaram a perspectiva de uma educação para todos, podemos mencionar que o marco pela luta de uma Escola Inclusiva foi no ano de 1994 com a elaboração da Declaração de Salamanca. Essa declaração sugere que qualquer pessoa em situação de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados.

A Declaração de Salamanca (MEC, 1994) propõe um processo de educar em conjunto de forma incondicional, nas classes regulares, alunos com ou sem deficiência, pois segundo está declaração o ideal regente nas escolas inclusivas mencionando que todas as crianças, sempre que possível devem aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças.

As escolas inclusivas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e atendê-los; adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de uma boa organização escolar e do entrosamento com suas comunidades. Assim não importando a sua deficiência física, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

O intuito da educação inclusiva é incluir os alunos para estes estarem juntos, não apenas integrado, como também serem sujeitos ativos, participativos, que

sofrem e causam transformações no contato com o outro, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz que a educação inclusiva.

constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de eqüidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (MEC/SEESP, 2008).

Para Werneck (1997) a inclusão não pode ser confundida com integração, visto que a segunda indicada que a criança precisa atualizar-se a realidade da escola, no entanto na inclusão é justamente ao contrario a escola é que deve se adequar a criança, aceita-la da maneira que ela é seja ela deficiente ou não. Pois segundo Werneck (1997, p.52) “A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo”.

Embora haja lutas frente às políticas educacionais voltadas a efetivar a inclusão dentro das escolas, observa-se que na sociedade, nos defrontamos com receio por parte de algumas pessoas, sejam elas professores, funcionários, pais de outros alunos. Isso revela que algumas pessoas ainda acreditam que uma sociedade homogênea é possível.

No entanto percebeu-se com a pesquisa que mesmo em uma sala onde todos aparentemente apresentem um desenvolvimento típico, existira a diferença. Por isso não podemos ignorá-la ou nos amedrontar frente a ela. Aceitar que todos de alguma forma somos diferentes uns dos outros e devemos ter direitos e oportunidades iguais.

Conforme Schwartzman (1999) a filosofia da inclusão, por sua vez, precisa ser interpretada, divulgada e planejada corretamente, a fim de produzir resultados adequados. Com isso a campanha de esclarecimento, as publicações e as divulgações da perspectiva inclusiva praticadas pelos os setores públicos e privado junto á sociedade, muito contribuirá para torná-la realidade.

Ou seja, é necessário pensar, discutir, entender o processo inclusivo dentro das escolas e da sociedade, refletir e compreender quem pretende-se incluir, e como garantir seus direitos. Essas discussões e informações devem ser publicadas e relatadas pelos meios de comunicações sociais.

Pois, é discutindo, conhecendo, apresentando a toda sociedade este tema que ficará mais fácil de que todos aceitem a inclusão e saibam lidar com ela, com as pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, os gestores escolares possuem um papel crucial, o que quer dizer que o conhecimento das políticas de educação inclusiva é condição para efetivar boas práticas pedagógicas na escola.

## **2.2 Marcos legais sobre Política Nacional de Educação Especial no viés da educação inclusiva**

“o certo é que não só os alunos são diferentes, mas os professores são também diferentes, e ser diferente é uma característica humana comum, e não um atributo (negativo) de alguns” Rodrigues (2006).

A escola historicamente caracteriza-se por apresentar uma educação restrita, ou seja, antes o espaço escolar era destinado a um grupo privilegiado. No entanto a partir do processo de democratização escolar, aumenta-se o acesso ao ensino, mas continua-se a excluir os indivíduos que fogem aos parâmetros da normalidade estipulados pela sociedade excludente.

Por meados dos anos 80 e início dos 90, surge uma nova visão para educação, baseada nos direitos humanos e balizado pelo conceito de cidadania, propondo o reconhecimento das diferenças.

No ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 4.021/61 dispõe que é direito dos “excepcionais” à educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1971 surge uma nova Lei Nº 5.692/71 que vem alterar a LDBEN de 1961, ao propor uma ampliação no quadro das pessoas com deficiência a receberem um “tratamento especial”, alunos com deficiências físicas, mentais, os com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

No entanto esta nova disposição não modifica a organização do sistema de ensino, não havendo melhora na qualidade do atendimento desses alunos na sala regular, os mesmos podem continuar a ser encaminhados para classe e escolas especiais.

Conforme consta, na Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, antes a educação especial era entendida como uma educação que substituíria a educação comum, esta traria mais benefícios para a aprendizagem dos alunos que tinham alguma deficiência e problemas de saúde. Esse entendimento durou muito tempo. Essa concepção influenciou por muito tempo a história da Educação Especial e, especialmente, a prática dos gestores escolares.

MEC criou em 1973 o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que ficará responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil. Nesse centro novas idéias e ações educacionais começam a germinar, mas ainda configura-se por campanhas assistencialistas (MEC/SEESP, 2008).

Na década de 90 começou-se a pensar de que forma poderia ser efetivada a inclusão dos alunos com deficiência nas salas regulares de ensino, apesar de neste período as políticas públicas inclusivas não de efetivarem de fato, observamos que o processo inclusivo iniciou.

Conforme relatam Fávero, Pantoja e Montoan (2007)

a Constituição Federal de 1988, elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV) (p.25).

A Constituição baseia-se no princípio do direito a igualdade, preconizando o direito de TODOS à educação. Sendo que este direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa preparando-a para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho (art.205) (Fávero, Pantoja e Montoan, 2007, p.25).

Portanto a Constituição garante a todos o direito à educação, bem como, o acesso a toda escola reconhecida pelos órgãos oficiais, não permitindo-se que se faça a exclusão de nenhuma pessoa.

Ainda na década de 90 surgem outros documentos ligados a educação para todos, que acabam por influenciar as políticas públicas da educação inclusiva até os dias atuais. Tais documentos são; a Declaração de Jontien, ou seja, a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, que se propunha a garantir o direito à educação a todos até o ano de 2000; e o outro documento considerado o mais significativo na luta pela educação de todos. A Declaração de Salamanca, que é resultado da Conferência Mundial de Educação Especial. Em Salamanca, Espanha em 1994.

Segundo Rampelotto (2005), essa declaração pode ser considerada um documento guiado pelo princípio de integração e do reconhecimento da necessidade de ação de deliberar “escolas para todos”.

Nessa Declaração encontramos os seguintes propósitos:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Rampelotto 2005,p.26)

Em 1994, com a Declaração de Salamanca tivemos a formulação das políticas públicas da educação brasileira, no mesmo ano foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, a qual orientou o processo de integração instrucional e condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular aos que possuíssem condições de acompanhar e desenvolver as atividades do currículo do ensino comum, no mesmo tempo que os alunos sem comprometimentos (MEC/SEESP, 1994).

Em maio de 1999, na cidade de Guatemala, foi aprovada a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Foi com bases nesse princípio exposto pela Convenção da Guatemala que o Brasil tornou-se signatário promulgando o Decreto nº 3.956/2001, o qual afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que qualquer outra pessoa.

O Decreto definiu como sendo discriminação toda e qualquer manifestação de diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Segundo Fávero, Pantoja e Mantoan (2007), a Convenção da Guatemala vem complementar a LDBEN, pois garante o livre arbítrio das pessoas com deficiência ou seus pais/responsáveis a optar pelo atendimento educacional especializado, bem como, o local que se sucederá o atendimento. Essa opção a LDBEN não disponibilizava.

Após esses primeiros anos de muita luta discussão por uma educação inclusiva, os anos seguintes ocorreram significativas mudanças políticas e novas leis e decretos, mais rigorosos que visou o direito de todos à educação, o reconhecimento da diversidade e o pleno desenvolvimento educacional de todos os alunos, sejam eles deficientes ou não.

Com base nos marcos legal descritos na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, trago por meio de tópicos uma síntese dos acontecimentos que influenciaram a educação:

- em 2003 é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade;
- em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes da Rede Regular”, objetivando disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão;
- em 2005, a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e Distrito Federal;
- também em 2005 temos o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que propõe a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/interprete de Libras, bem como, o ensino da Língua Portuguesa como segunda Língua para alunos surdos. Ainda a organização da educação bilíngue no ensino regular;
- em 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, na qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino;
- ainda em 2006 a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- no ano de 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação –PDE, o qual propõe a formação de professores para a Educação Especial, a implantação de sala

de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior;

- e no ano de 2008, o MEC e a Secretaria da Educação Especial, apresentam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual visa esclarecer a cerca da inclusão garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares (MEC/SEESP, 2008).

Como menciona Schmidt (1998), a educação inclusiva pensa em uma escola para todos e isto, certamente não é algo simples. [...]

[...]Não se trata de incluir as crianças deficientes nas classes regulares, nos moldes em que estas estão estruturadas hoje. Trata-se de um projeto de descobrir quais estratégias a escola regular terá de desenvolver para poder efetivamente incluir cada sujeito.[...]Na verdade, este é um percurso em seus primeiros passos, num processo de experimentação, de tentativa e erro (SCHMIDT, 1998, p.115-116).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, trás como sendo alunos da Educação Especial:

[...] seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (MEC/SEESP, 2008)

Mas estes alunos serão atendidos nas salas de AEE (atendimento educacional especializado) e em turno inverso, este atendimento irá proporcionar:

\* O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

\* O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (MEC/SEESP, 2008).

Como mencionado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, a formação de profissionais para atuarem nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as possuírem equipamentos do AEE é fundamental atualmente para um melhor ensino aprendizagem para essas crianças com deficiência.

Mas, de fato observamos que em muitas escolas as salas, continuam em precariedade, faltam ainda muitos recursos, principalmente de ordem tecnológica. No entanto nas escolas que possuem os equipamentos é necessário apostar continuamente na formação e preparo dos gestores.

Durante todos esses anos grandes passos foram alcançados referentes à inclusão na rede pública de ensino. No entanto ainda faltam mudanças que envolvam e modifiquem as políticas publicas inclusiva, para a efetivação da inclusão nas escolas, assim como é necessário pensar e repensar na formação e capacitação dos professores, pois será apenas a política que garantirá a implementação da inclusão, mas juntamente as pessoas envolvidas no processo educacional.

### **2.3 Gestão Escolar: um olhar para o contexto da educação inclusiva**

“Evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos” (WERNECK, 1993, p.56).

A definição de Gestão Escolar é recente, mas fundamental para que uma escola atenda às atuais demandas, ou melhor, exigências da sociedade. Para Sofia Lerche Vieira (2005), a Gestão Escolar, orienta-se para assegurar o que é de sua finalidade, a qual é promover o ensino e a aprendizagem, ao partir do pressuposto de educação como um direito de todos, segundo a Constituição de Lei de Diretrizes e Bases.

Acredito que para compreender como funciona a gestão escolar e quais são as suas atribuições precisa-se entender qual o papel da escola para a sociedade. Atualmente tem-se debatido muito sobre a função social da escola, pois com as mudanças no campo político, tecnológico, econômico e social a escola ganha uma

nova função, são exigidas atribuições para que os alunos sejam formados para o ambiente profissional e competitivo, bem como a serem cidadãos ativos e críticos socialmente.

Foi nos anos 20 e 30 que ocorreu a explosão das discussões em termos educacionais. Neste período a divulgação do documento “O manifesto dos Pioneiros da Educação Pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros”. Este manifesto demarca que a escola tem uma função social (DAVI, 2002).

Na Constituição de 1988 e na LDB, fica registrado que é direito de todos a educação e dever do Estado e da Família promovê-la. Conforme a Constituição a educação tem por finalidade desenvolver a pessoa para a cidadania e sua qualificação profissional. Denotando assim mais uma vez a função social da escola (PENIN E VIEIRA, 2002).

Essas mudanças revelam que atualmente a escola precisa ser resignificada e a gestão escolar é parte essencial desta mudança que é necessária. Pois atualmente a sociedade se caracteriza como a sociedade do conhecimento exigindo cidadãos pensantes, críticos, produtivos, competitivos, preparados profissionalmente.

Com isso a escola com sua função social têm como princípio estabelecer novas ações educacionais que englobem não apenas os conteúdos pedagógicos, mas, também, os conteúdos éticos, morais, sociais, políticos, ou seja, as crianças precisam crescer envolvidas por uma educação que as prepare para um mundo que exigirá muito além do seu conhecimento pedagógico, como, também, de vida. (PENIN E VIEIRA, 2002).

Evidencia-se assim a importância de uma gestão escolar democrática e participativa, visto que é com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional que irá apontar as características dos alunos, da comunidade e do perfil dos profissionais que atuam na escola. Por meio deste mapeamento é possível que se estabeleça objetivos gerais e específicos para melhor ensinar, educar, aprender e trabalhar dentro da escola ensino.

Toda comunidade educativa deve participar da escola, a figura do diretor deve representar um dos pilares que sustentam a base escolar, o papel dele não é o mais importante e nem de destaque, pois sabe-se que uma gestão escolar engloba todos os sujeitos do processo educacional. No entanto, no recorte temático da pesquisa realizada, ao diretor cabe a função de junto aos outros autores assegurar que a escola seja um lugar de inclusão.

Sendo compreendida como elaboração do conhecimento, aquisição de habilidades e formação de valores. Faz parte da função do diretor convocar e articular a comunidade educativa na execução do projeto educacional, ele deve incentivar a participação sempre com respeito às pessoas e suas opiniões no que chamamos de gestão democrática.

Para que a educação inclusiva possa ocorrer de forma efetiva e com todos os recursos adequados é necessária uma mudança não apenas física da escola com também no seu currículo. Pois, é com a flexibilidade do currículo que ele se tornará um instrumento de “construção social” que deve ter mobilidade para atender a demanda de todos os alunos.

Assim, o currículo deve contemplar todos os alunos e compor uma metodologia de construção que envolva todos os membros da comunidade escolar. E por meio deste currículo que é voltado para as necessidades e peculiaridades de cada aluno que a escola inclusiva conseguirá transcender a integração somente dos alunos com deficiência. Isso poderá ocorrer melhor se a gestão contar com a participação da comunidade escolar, do corpo docente, funcionários e dos alunos. De acordo com Libâneo (2001):

O trabalho em equipe é uma forma de desenvolvimento da organização que, por meio da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e de modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com práticas individualistas e eleva os alunos a produzir melhores resultados de aprendizagem (LIBÂNEO, 2001, p.383).

Com esta citação é possível concretizar de que uma gestão escolar não é feita, nem deve ser centralizada no diretor de uma escola, mas deve perpassar por todos os integrantes da mesma. Principalmente agora que ocorre a inclusão, as políticas inclusivas devem ser debatidas por todos da escola. Pois todos são responsáveis por gerir a escola que ocupam.

Também para Mousquer (2009), a gestão escolar não deve ser centralizada apesar de a escola ter suas competências próprias a comunidade também deve atuar. É o que está descrito na citação da autora ao mencionar que a gestão escolar situa-se...

[...] no campo da escola devendo sua gestão orientar-se para as suas finalidades. A escola tem tarefas de sua exclusiva competência, que se processam no campo pedagógico, administrativo, financeiro, em articulação com a comunidade escolar (MOUSQUER, 2009, p.30).

A política inclusiva é um desafio para a gestão escolar, pois é preciso repensar profundamente sua organização, gestão e formas de ensinar. Tudo isso para que o aluno se sinta realmente incluído no espaço escolar.

Acredito que a gestão escolar, assim como, todo o sujeito envolvido com o contexto educacional deve lembrar, que as diferenças sempre existiram, nem mesmo os alunos ditos “normais” são iguais dentro de uma sala supostamente “homogênea” existirá uma diversidade de potencialidades.

Referente a esse pensar Rosita Elder Carvalho (2008) menciona que as pessoas em situação de deficiência:

[...] Suas experiências continuamente marcadas por práticas culturais e políticas com as quais convivem no cotidiano é que vão permitir-lhes conceituar suas diferenças e construir o “eu”, o “outro” e o “nós”, como categorias distintas. E, como o significado de cada acontecimento varia enormemente de um sujeito para o outro, nunca poderemos afirmar, por exemplo, que todos os cegos, todos os surdos, ou todos os deficientes físicos experimental igualmente suas limitações, simplesmente porque tem, enquanto grupo, a manifestação da mesma deficiência (CARVALHO, 2008, p. 16).

Neste trecho Rosita Carvalho menciona que não podemos julgar o que é ser diferente aderido apenas da denominação da deficiência, seja ela visual, auditiva. Pois são apenas os sujeitos que possui a deficiência e que experimentam as limitações impostas pela mesma que poderão discursar e relatar as suas dificuldades.

Referente a isso fica claro que o dever da gestão escolar escutar seus alunos, observá-los e estar atenta as suas necessidades, bem como potencialidades, a fim de adaptar-se pedagogicamente e fisicamente para melhor atendê-los. Os professores devem repassar aos gestores o andamento em sala de aula, pois só assim com essa diálogo é que é possível buscar uma inclusão satisfatória.

Uma escola poderá ser um espaço inclusivo segundo Booth & Ainscow (1998):

[...] se forem reduzidas todas as pressões que levam à exclusão, a partir das desvalorizações atribuídas aos alunos, com base em suas incapacidades, rendimento, raça, gênero, classe social, estrutura familiar, estilo de vida ou sexualidade. Não se pode entender a inclusão numa escola onde os alunos não estejam integrados e aprendendo (BOOTH & AINSCOW, 1998 apud CARVALHO, 2008, p. 98).

Conforme mencionado anteriormente percebe-se que uma escola inclusiva é aquela que valoriza a diversidade, as potencialidades e as especificidades de cada aluno seja ele deficiente ou não. Pois a escola é heterogênea, uma miscigenação de

culturas, níveis sociais e de personalidades. A escola deve ser capaz de orientar as pessoas para a democracia, igualdade e diferença.

Com isso, percebe-se que a gestão escolar democrática e participativa irá garantir uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem aos alunos, tanto os alunos incluídos como os outros.

## **3. METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 Sujeitos da pesquisa**

A unidade escolar escolhida para a realização do trabalho localiza-se na cidade de Vera Cruz no estado do Rio Grande do Sul, é uma escola municipal que está aderindo à política inclusiva. Além da observação da unidade escolar foram alvos de entrevistas, conversação e observações a Equipe diretiva da escola, os professores, funcionários. A escolha desta instituição deu-se porque fui aprovada no concurso público deste município, e atualmente estou integrando o corpo docente da escola. E como educadora especial, quis saber como estava sendo trabalhada a inclusão destes alunos, bem como, qual era o posicionamento dos professores e do gestor frente à inclusão.

### **3.2 Procedimento**

O primeiro passo foi entrar em contato com a escola para exposição do que se pretendia pesquisar através de um diálogo com os sujeitos envolvidos na unidade escolar. Objetivou-se assim apresentar à escola a proposta de pesquisa colocando-a ciente do que seria pesquisado.

O segundo passo foi realizar as observações e conversações dentro das salas onde existem alunos incluídos, nas horas dos intervalos e em outros vários momentos e ocasiões. Essa segunda etapa teve como intuito coletar informações sobre o cotidiano, e modo como alunos, professores, funcionários e alguns pais que se apresentassem no momento da observação lidam com a inclusão de alguns alunos.

O terceiro passo foi à leitura e estudo do PPP da escola pesquisada. Com o intuito de perceber o que a escola construiu como proposta educacional, e se para a construção do mesmo houve a participação de todos.

O quarto passo foi realizar a análise dos dados coletados e entrelaçamentos com o aporte teórico. Após coletar os dados através da pesquisa de campo pretendeu-se referendar os dados coletados com os dados bibliográficos levantados.

### **3.3 Coleta de dados**

Os recursos para coletar as informações essenciais para a pesquisa foram através de observações, essas realizadas nas turmas em que havia alunos incluídos, também foi possível observar a interação dos mesmos com os seus colegas com o desenvolvimento típico durante o intervalo, já à entrevista foi realizada com a equipe diretiva, e com alguns professores.

### **3.4 Análise dos dados**

Os dados coletados, ao longo da pesquisa, foram confrontados com os referenciais teóricos escolhidos sobre inclusão, gestão escolar, integração. O objetivo desta análise é a perceber a importância de uma Gestão Escolar bem estrutura, atenta aos novos rumos da educação, aberta a realidade inclusiva.

### **3.5 Abordagem metodológica: Estudo de Caso**

O contexto do trabalho e seus objetivos apontam para uma modalidade de pesquisa do tipo qualitativa descritiva que parte do estudo de caso de uma escola municipal. Assim a de se saber que o estudo qualitativo envolve uma situação natural, e com muitos dados descritivos, tem seu roteiro flexível e centra-se na realidade de modo intrínseco e contextualizado. Sendo essa a definição o meu trabalho de estudo de caso caracteriza-se por ser um trabalho qualitativo.

Como menciona Ventura (2007, p. 383), toda pesquisa científica carece da definição de seu objeto de estudo, como ponto de partida na construção de um processo de investigação, delimitando o mundo a ser estudado. Segundo a mesma pesquisar significa fazer uma escolha, por isso definir caracterizar a modalidade da pesquisa não é tarefa fácil, principalmente caracterizar um estudo de caso.

A pesquisa descritiva possibilita a coleta de dados diretamente no local onde ocorre a aplicação dos recursos para aquisição de dados, tais recursos como; observação, entrevista e conversação.

Desta forma, a pesquisa que ora apresento, busca através de um estudo de caso apreender e identificar como ocorre a efetivação da implantação da Política Inclusiva em uma escola pública da Rede Municipal de ensino de Santa Maria. Isso se dará através de entrevistas com a equipe diretiva, os docentes, os discentes e alguns membros da comunidade escolar, bem como observações no cotidiano da escola. Com o intuito de perceber como essas pessoas recebem a inclusão.

Após a obtenção das informações que procuro nesta pesquisa, farei uma análise, através de recortes das entrevistas e descrições do que foi por mim observado.

### **3.6 Análise e Discussão dos dados**

Neste capítulo pretendeu-se comentar os dados coletados durante a pesquisa de campo juntamente com evidências do conhecimento teórico sobre a política da inclusiva e a gestão escolar.

Com a leitura de livros, artigos e capítulos que referencial a educação inclusiva e a gestão atrelado a leitura e análise do PPP da escola, da observação dos alunos incluídos nas salas de aula, dos alunos no momento do recreio, das conversas dos professores sobre a aceitação dos alunos tanto por eles como pelos seus colegas foi possível verificar como está sendo implantada a política inclusiva na Escola Municipal de Vera Cruz – RS.

Durante o percurso da pesquisa foi possível observar que a escola está em formação para a atuação de uma educação inclusiva e de uma prática de gestão democrática e participativa.

Após a pesquisa percebeu-se o quanto a escola e o meu trabalho como professora desta escola ganhou um novo significado, após o entendimento e a análise das práticas educacionais que vinham sendo construídas dentro da escola.

Por meio da pesquisa levantaram-se apontamentos no que se refere aos sujeitos que compõem a gestão escolar, destacando que esta é formada por professores, pais, alunos, comunidade escolar, funcionários, diretor, supervisores, abrindo a dimensão de que a escola é para todos por isso todos os autores envolvidos com o processo educacional são responsáveis por gerir a escola.

O trajeto da pesquisa deu-se da seguinte forma; primeiro passo foi ir até a escola expor o meu intuito de pesquisa e entrevistar a equipe diretiva.

Por meio desta entrevista é possível pontuar um dos objetivos propostos na pesquisa: analisar se o que foi relatado na entrevista com a equipe diretiva com relação à inclusão, conhecimento da política inclusiva, as ações está de fato ocorrendo no cotidiano escolar.

Após a entrevista percebeu-se que a equipe diretiva procura sempre melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem e a estrutura física da escola, para acolher, receber alunos com suas diversidades. Com relação à inclusão no âmbito escolar a gestão está mobilizando-se, pois a equipe diretiva da escola convoca e mobiliza para que todos os autores da gestão estejam envolvidos e promover a inclusão dos alunos tanto dentro da escola como na sociedade.

Comecei a atuar como educadora na escola este ano de 2011. O fato de estar atuando dentro da escola contribuiu para que pudesse perceber se este envolvimento da gestão, o conhecimento sobre a política inclusiva e as ações que foram apontadas na entrevista de fato está ocorrendo na escola.

Por isso, posso concordar sobre a existência de mobilização da equipe diretiva, pois na entrevista foi relatado que existem na escola palestras que promovem o conhecimento sobre vários temas como educação de trânsito, a educação ambiental, a auto-estima, a confiança, as diferenças que existe entre cada um de nós e o bullying. Houve em certo momento na escola em que foi trabalhado por meio de uma palestra motivacional ministrada por uma professora convidada, fora do quadro escolar, em que ela ressaltou a importância de cada um aceitar-se como é e tentar sempre ser o melhor que puder sem nunca pensar em passar por cima dos outros.

Essa palestra contribuiu muito para os professores e alunos incluídos nos anos mais avançados como 8<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 6<sup>o</sup> anos. Percebe-se no exposto anteriormente que as ações estão sendo desenvolvidas, seja através de palestras e situações de diálogo. Como as ações mais práticas, palpáveis, visíveis como a adaptação arquitetônica da escola ao receber uma aluna cadeirante. A gestão se organizou, menciono gestão, pois entrou nesse processo de adaptação arquitetônica a família, a equipe diretiva, os funcionários e a aluna para dialogarem e pensarem quais as adaptações necessitariam ser feitas na escola, e quais a escola poderia estar fazendo no momento.

Foi construído um banheiro adaptado para pessoas com deficiência física (no caso da escola a menina que é cadeirante) e uma rampa de acesso da entrada da escola para o saguão que vai para sua sala de aula.

O que não foi contemplado ainda foi uma rampa para a menina conseguir entrar na sua sala de aula, para entrar no banheiro, na sala de informática, em fim esses lugares tem degraus que ainda não foram substituídos por rampas. Essa é uma ação que a gestão deverá estar retomando para que melhore a acessibilidade arquitetônica da escola para está aluna e os outros possíveis alunos com deficiência física.

De fato a escola pesquisada está caminhando pouco a pouco para a educação inclusiva com qualidade na aprendizagem e na socialização dos alunos. Pois, como mencionado em capítulos anteriores à escola tem uma função social. A Escola é considerada como espaço privilegiado de construção de conhecimentos e de desenvolvimento de valores que pode e deve ter como uma de suas propostas contribuir para a transformação da sociedade no sentido de torná-la menos desigual e mais democrática. Um espaço democrático em essência a fim viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas.

Quando perguntada sobre as ações que a escola realizava que contemplam os princípios da gestão escolar democrática e participativa, a equipe diretiva mencionou que as tomadas de decisões escolares não partiam de uma ou duas pessoas, as decisões eram decorrentes de reuniões com todos os professores e após isso a decisão era tomada. Também mencionaram que em algumas reuniões os funcionários e os pais eram convocados. Referente a isso me adiantei e perguntei como era a participação dos pais.

A diretora mencionou que muitos pais não aparecem nas reuniões, nem para entrega de boletins. Menciona com desânimo, que os pais que estão sempre presentes são justamente dos alunos que estão bem na escola, e alguns dos pais das crianças incluídas.

Quanto ao conhecimento da política inclusiva, os Diretores mencionaram que não ocorreu na escola um momento, uma reunião onde foi lida, estudada, debatida a política. A escola apenas atendeu a demanda da política que é incluir os alunos. Mas, eles como profissionais que visam à educação de qualidade, buscam se informar sobre os direitos e deveres dentro da política inclusiva, através de encontros com a secretaria da educação.

Nesse relatar da entrevistada é possível observar que muitos professores, funcionários e até mesmo os pais dos alunos incluídos, ou com desenvolvimento

típico não sabem da política inclusiva, dos seus direitos a educação, nem dos seus deveres como responsáveis pela educação de seus filhos e alunos.

As adequações curriculares estão sendo implantadas, essas iram constar no PPP da escola que está sendo reformulado. Alguns professores procuram avaliar seus alunos por exames orais, ou pelo parecer, descrevendo seus avanços globais.

Quando questionado se a inclusão está ocorrendo de fato na escola, o vice-diretor observa que com alguns alunos a inclusão pedagógica e social está em plena efetivação, mas que com relação a outros ainda a muito preconceito por parte dos colegas de aula, e as possibilidades de adequações curriculares estão difíceis para alguns casos.

Outro ponto proposto a analisar foi se há a aceitação da inclusão dentro da escola. E é possível através da resposta acima observar que alguns alunos ainda não aceitaram alguns colegas.

Mas o que tenho observado como educadora especial é que a relação entre os colegas com desenvolvimento típico e o aluno com deficiência está melhorando conforme os professores trabalham com os valores dentro da sua sala de aula.

No que se refere ao papel da escola frente aos alunos incluídos, os diretores mencionaram que também estão se adaptando a essa nova perspectiva, e procurando sempre aprender, e conhecer como poderão colaborar para a inclusão integral dos alunos, para a sua qualidade de ensino. Alguns professores da escola estão sempre atuantes neste aspecto procurando cursos de formação e eventos que debatam este tema.

Quanto ao PPP, os diretores mencionaram que nesta nova versão iram inserir aspectos da educação especial, ou seja, da inclusão. Referente às estratégias e ações sociais que a equipe diretiva da escola juntamente com os outros profissionais da educação está realizando para uma efetiva inclusão, mencionou-se que está se contribuindo para que os alunos se sintem bem na sala de aula e capazes de aprender. Procuram inseri-los nas atividades culturais da escola, para estarem ativos no contexto escolar. Recebem atendimento especializado a fim de potencializarem suas capacidades.

Tanto os professores como os funcionários procuram conversar, motivá-los sobre a importância de estudar. Para os alunos que não sabem ler, os professores criam grupos de leituras. E em outros momentos trabalham individualmente incentivando ao aprendizado da leitura.

Os alunos têm acesso às atividades como informática e educação física igual aos demais, a educação física muitas vezes é adaptada, com atividades que a aluna que está na cadeira de rodas pode participar. O que, os professores julgam ser uma barreira são que muitos alunos não querem realizar educação física mesmo adaptada, ou nas aulas não querem fazer atividades diferenciadas. Quanto à isso os professores estão se dedicando a conversar e explicar que é para o seu bem, para eles evoluírem e assim conseguirem realizar as outras atividades.

O outro objetivo da pesquisa foi perceber se a gestão escolar atuante na escola possui características participativas e democráticas. Estou me apropriando de muitos aspectos escolares ainda, mas pode-se perceber que a gestão dentro desta escola é democrática e participativa. Procura-se, como professores, estimular os pais a participarem dos eventos da escola, das decisões de novas obras, compra de material, da proposta de ensino, mas este movimento ainda está muito abaixo do esperado, para que a gestão escolar seja realmente adequada.

Após as observações dos alunos, dos professores, da atuação da equipe diretiva acredito que precisa-se de um maior envolvimento da comunidade escolar, pois a escola está tentando implantar uma gestão escolar democrática e participativa, mas a ponte entre os atores sociais do processo educacional ainda está limitada.

Percebeu-se que a equipe diretiva deixou de ser a detentora do poder. Para continuar garantido esse avanço é necessário que a comunidade escolar participe efetivamente de todas as frentes de trabalho, nesse caso, as que envolvem os desafios da inclusão. Acredito que a grande meta da escola neste momento seja convocar e mostrar à comunidade que é seu direito e dever cooperar e participar para a inclusão e o ensino de qualidade no processo educacional.

Frente ao supracitado trago apontamentos que demarcam as ações sociais, políticas e estratégias adotadas na escola pela gestão com o intuito de implantar a inclusão. Levanto, também, quais objetivos ainda não foram alcançados pela gestão.

As ações pedagógicas elaboradas dentro da escola constituem-se em trabalhar nos anos iniciais que tem alunos incluídos como o 2º, 3º, 4º, 5º e 6º ano. O trabalho é realizado sempre com materiais concretos, muitas imagens para as explicações, desenvolvendo as habilidades de memorização, agilidade motora, raciocínio lógico dentro da sala regular com todos os colegas.

As ações sociais elaboradas pela gestão primam pelo envolvimento dos pais visando os aspectos afetivos, de moral e social. Para tanto, são estratégias: os projetos de dança, teatro, momento de elaborações de paródias, cartazes, momentos esses que acolhem todos os alunos.

A comunidade escolar e os pais se envolvem com as apresentações, o que ajuda a aproximar os outros pais que estão afastados da escola. Outra estratégia para incluir os alunos é a adequação dos conteúdos, bem como o diálogo da gestão para elaborar os ofícios, pareceres e projetos que exigiram das políticas públicas recursos para que a escola possa auxiliar dar o suporte aos seus alunos.

Fica evidenciado que a gestão está tentando da melhor maneira possível conseguir efetivar a inclusão na sua escola, muitas coisas precisam ser revistas e melhoradas, mas os primeiros passos já começam a ser dados.

Percebo que questões referente ao que de fato é a proposta de uma educação inclusiva, do que seria o atendimento educacional especializado, ainda deva ser mais trabalhado em termos de compreensão conceitual e das políticas públicas para que esse conhecimento se dissemine.

As observações realizadas junto às atividades em sala de aula e na hora dos intervalos com alunos incluídos foram muito enriquecedoras, proporcionaram coletar vários discursos que demonstram como vem sendo compreendido e implementado o processo inclusivo.

Foram observadas 2 turmas no turno da manhã (8º e 6º ano). Destacou-se alguns casos mais específicos que são considerados desafiadores para a equipe diretiva e os professores.

Um aluno do 8º ano apresenta grande dificuldade de concentração, atenção e dificuldade na área da matemática, sua memória de longo prazo é muito limitada dificultando sua aprendizagem, por isso alguns colegas seus ficam debochando e o chamando de burro. O menino que tem 15 anos fica encabulado, acaba se isolando e perdendo a atenção na aula. Com relação a esta situação, a equipe gestora da escola juntamente com os professores, tenta dialogar com a turma e alguns dos colegas que fazem as “zombarias”.

O outro menino incluído tem dislexia e está no 6º ano, sua relação com os colegas é relativamente boa, o que observei foi que o aluno em aula se porta muito mal, tem comportamento irônico e debochado com os professores, e se algum colega erra, ele ri e debocha. Observei que como fuga da sua dificuldade tem uma

atitude indiferente aos conteúdos trabalhados em aula e debocha dos colegas, tentando ressaltar as dificuldades dos outros também.

Observo que ambos os alunos apresentam baixo autoestima e que isso compromete a aprendizagem. Os gestores estão atentos à todas essas aflições, conflitos que os alunos estão enfrentando e por meio de conversar tentam reverter este quadro. Pois, a equipe diretiva sabe que a escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioafetivo. O ambiente escolar é distinto do familiar, mas muito propício ao seu desenvolvimento, pois a escola é rica em interações permitindo que as crianças estabeleçam uma relação com as outras crianças, e começam a entender que cada um tem sua peculiaridade.

Nas turmas de 2º e 3º anos, os alunos incluídos apresentam quadros diversos como dificuldade de aprendizagem, deficiência visual, deficiência auditiva, déficit cognitivo, dislexia e uma hipótese de psicose, ainda não diagnosticada, mas já encaminhada para uma reavaliação com o neurologista, o aluno já tem um diagnóstico de deficiência visual.

Ao longo dessa pesquisa foi possível observar a atuação dos gestores pois como educadora especial do AEE realizo um trabalho com essas crianças que envolvem todos os sujeitos da gestão.

Convoquei os pais para realizar a anamnese, e assim apropriar-se mais sobre a rotina e a vida das crianças fora do ambiente escolar. Ou seja, essas são ações e estratégias que adotei como forma da gestão estar atuante nas decisões dentro da escola.

No 4º ano existem três casos de inclusão segundo a professora regente da turma: uma menina com déficit cognitivo e dificuldades motoras em um lado do corpo ocasionado por uma paralisia, e dois meninos com atraso na aprendizagem, e hipótese de dislexia. No 5º ano a menina incluída tem 15 anos, é cadeirante, com paralisia cerebral, dificuldade na escrita e leitura. A menina é atendida no AEE e recebe também atendimento psicológico na escola em turno inverso. Em ambas as turmas o relacionamentos entre os alunos de desenvolvimento típico com os alunos incluídos é bom, muitos ajudam os colegas com dificuldade.

Junto com as observações, o estudo do PPP da escola foi fundamental. No início da leitura deste já trago um recorte importante de se pensar frente à configuração da escola hoje.

A Escola, entendida como elemento de ligação entre a sociedade que se tem e a que se almeja, tem fundamental participação na construção do processo histórico. Neste tempo de profundas transformações, é necessário que também a escola se reorganize, através da reflexão acerca do seu cotidiano, para que possa situar-se e avançar em caminhos futuros ( PPP ESCOLAR, 2010).

Esse fragmento do PPP referenda o papel social da escola. Logo se a escola possui este papel fica visível que é essencial a participação da comunidade escolar, na elaboração do projeto. Mas não só neste momento como no cotidiano escolar, também.

Outro fragmento selecionado foi referente à confecção do PPP, a participação dos atores envolvidos na educação.

Entendemos o Projeto Político Pedagógico como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, sendo o instrumento de transformação da escola e, também da comunidade escolar cujo sonho é construir uma escola cidadã, onde exista democracia, uma educação de qualidade, para formar um cidadão participativo, criativo, crítico, honesto, responsável e comprometido com a comunidade. Neste sentido, iniciamos em 2005 um amplo processo de discussão envolvendo toda a comunidade escolar: professores, funcionários, estudantes e pais, buscando construir uma escola democrática e com qualidade social (PPP ESCOLAR, 2010).

No trecho acima, percebeu-se que a teoria nem sempre é aplicada. Na entrevista os diretores mencionaram que o PPP é organizado pelos professores, os supervisores da escola e os diretores. Os alunos e os pais não participam ativamente. Alguns alunos participantes do grêmio estudantil e alguns pais da associação de pais é que tem conhecimento desse documento, mas também não é um conhecimento aprofundado.

O PPP da escola traz uma parte sobre a educação inclusiva.

Inserida num contexto de pobreza e carências diversas, a escola procura resgatar-se como espaço público, lugar de debate, diálogo e reflexão coletiva envolvendo alunos, profissionais da educação, funcionários, pais, responsáveis e comunidade local visando a inclusão social e a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Somente assim as ações educativas cumprirão seus propósitos e sua intencionalidade.

O significado de escola para todos deve ser entendido através de uma nova relação entre escola e comunidade, no contexto de uma política para as diferenças. Nesse sentido estamos enfrentando e realizando algumas ações bem concretas (PPP ESCOLAR, 2010).

Conforme este trecho o PPP, percebeu-se que a escola comum torna-se uma escola inclusiva não no momento em que faz a matrícula de um aluno com necessidade educativa especial ou deficiência, mas quando a escola passa a

assumir um compromisso, uma postura inclusiva. Ou seja, percebendo este aluno através de suas potencialidades, possibilidades educacionais e quando levam em conta as peculiaridades de cada aluno na hora da elaboração de sua grade curricular, pois todos os alunos são singulares no seu processo educacional, as salas são heterogenias.

Retomando as observações em sala de aula seguem apontamentos do 6º ano. Essa turma é bem agitada, o menino incluído tem 15 anos e deficiência mental, não era da escola ingressou na escola este ano. Os professores estão muito preocupados, pois apesar de ser um menino grande fisicamente, é muito infantil, pela sua idade e tamanho o adequado era incluir ele nessa turma de 6ª série, mas os professores e diretores estão aflitos, pois o menino não sabe as cores, os números, as letras. Logo em uma sala de 6º ano ele não vê sentido nas matérias e acaba se chateando, incomoda a professora e os colegas.

Os professores algumas vezes tentaram adaptar atividades, lhe davam atividades manuais como de recorte, pintura, escrita de números baixos, alguns jogos, tudo para que ele começa-se a ficar mais calmo e aprender as cores, os números. Mas o fato é que em uma sala como o 6º ano, os professores mencionam que adaptar o conteúdo é difícil. E ao propor atividades ao seu nível de aprendizagem ele nem sempre aceita.

Com essas observações foi possível verificar que os professores ainda estão carregados de receios, ansiedades, medos, por que não dizer, de trabalhar com esses alunos ditos diferentes. Muitos professores se esforçam para tentar compreender os alunos e colaborar para que realmente se sintam incluídos e estejam incluídos. A gestão da escola deve compreender que cada sala de aula funciona como uma “sociedade”, pois uma sala é heterogenia.

Conforme Mantoan (2011) de fato as mudanças [...]

[...] decorrentes do compromisso de assumir a inclusão escolar envolve valores, costumes, formação dos educadores. [...] Os professores, a gestão escolar, a organização pedagógica e curricular possuem suas defesas próprias: os professores não estão preparados para a inclusão; os gestores são pressionados por inovações que lhes são impostas e não cabem na administração das escolas tais quais são hoje, engessadas na burocracia; a organização pedagógica é montada para selecionar, excluir; há falta de equipamentos, de acessibilidade... (MANTOAN, 2011, p.3-4).

Conforme o supracitado é evidente que não veio por meio deste trabalho culpar ou acusar a gestão escolar, pois sabemos o quão difícil é atender a todas as

demandas de uma escola. É necessário procurar localizar o problema, a falta e reivindicar junto à secretaria da educação de seu município orientações, materiais, cursos de formação, grupos de estudos e reuniões para discussões. Tudo para que o professor da sala regular de ensino esteja sendo informado, capacitado, orientado e assistido. Só assim com esta união de áreas é que a escola caminhará para uma inclusão que visa incluir não só os alunos com deficiência, mas os seus colegas e professores nesta educação que é para todos.

Após essa pesquisa percebeu-se que a gestão está muito preocupada com esses alunos, o seu desenvolvimento e qualidade de ensino. Ao se pensar em incluir alunos com necessidades educativas especiais é imprescindível pensar em uma gestão escolar calcada na participação e democratização dentro da escola.

As ações e estratégias adotadas na escola para efetivar a inclusão e estabelecer uma gestão participativa e democrática estão ocorrendo por meio de reuniões com os pais, a convocação dos mesmos para estarem na escola dialogando com os professores sobre seus filhos sobre as decisões da escola. A gestão atuando no planejamento da acessibilidade na escola, do direito junto à secretaria da educação em adquirir a sala de recursos.

Com a minha entrada na escola pude levantar muitas questões referente às políticas de inclusão. Isso tem criado uma estrutura de suporte e diálogo frequente para promover processos de adequações. Com isso, as políticas inclusivas estão sendo implantadas, mas muito ainda está por ser feito justamente pelo processo ter se iniciado recentemente. Por exemplo: é preciso definir, esclarecer bem a função, os objetivos e o público alvo do AEE dentro da escola, bem como o suporte que o educador especial deve e pode oferecer aos professores da classe regular.

Por parte do município é necessário incentivar a formação e capacitação de professores. Atualmente já existem várias opções de cursos pela plataforma Freire. Geralmente os professores demonstram bastante interesses em realizarem cursos que colaborem para aperfeiçoar-se.

## 4. NOTAS DE ENCERRAMENTO

Neste estudo investigou-se uma escola municipal da cidade de Vera Cruz–RS, com o intuito de compreender (por meio de observações, entrevista e análise do PPP) quais são as ações práticas adotadas pelos gestores escolares para garantir a implantação da Política Inclusiva.

Os objetivos propostos foram alcançados, pois durante as observações e entrevistas conseguiu-se constatar indicadores e desafios da gestão participativa e democrática especialmente no que se refere à política de inclusão. Pode-se elencar as ações e estratégias implementadas na escola de acordo com a política inclusiva. Na entrevista com a equipe diretiva ficou esclarecido que essas estratégias e ações estão sendo postas em práticas, por meio de projetos específicos com metas de envolver mais os pais e a comunidade.

As observações e a entrevista mostraram que muitas ações e estratégias já foram construídas para levar a inclusão dos alunos. Por exemplo, foram realizadas adequações curriculares, a acessibilidade, mesmo que parcial da escola, como a construção de rampa e banheiro adaptado.

A fim de seguir as políticas inclusivas, a escola recebeu em seu corpo docente uma educadora especial e foi contemplada com a sala de recursos, a qual deverá ser construída até o ano que vem. A gestão escolar demonstra interesse em melhorar a qualidade de ensino e o funcionamento escolar para favorecer a todos os alunos não somente os incluídos.

Como profissional do quadro docente da escola percebo que o funcionamento e o entendimento de uma gestão calcada na noção de que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional compõem a gestão escolar está em processo de evolução e resignificação no contexto pesquisado. Mas, muito já foi alcançado, pois já é visível a participação mais ativa de muitos pais, funcionários, alunos e professores como sendo gestores do processo educacional.

No PPP da escola, a teoria sobre a importância do elo entre escola e comunidade é muito bem descrita o que coloca claramente o desafio de implementar isso no cotidiano escolar. O PPP dentro da concepção de uma gestão democrática e participativa é um projeto que deve ser construído por meio de todos os autores da escola.

Frente a esse novo paradigma educativo, que é a inclusão, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por papel social acolher a todas as crianças sem exceção. Assim, para melhor adequação escolar a esse propósito é necessário que a gestão seja aberta, pluralista, democrática e de qualidade.

Uma gestão articulada, bem estruturada e ativa dentro da escola contribuirá para uma inclusão e construção da cidadania, com uma visão de que uma educação de qualidade é direito e dever de todos. A escola ao gestar para democracia formará indivíduos com ou sem deficiência com identidade, autoconfiança de que o mundo que existe fora do ambiente escolar é seu, que eles podem fazer acontecer por meio dos conhecimentos e valores que adquiriram na escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** \_\_ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**\_\_ Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** UNESCO. Brasília: 1994.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Mental.** Org. por Erenice Natalia Soares Carvalho. SEESP/MEC. Brasília: 1997.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: A escola.** Org. por Maria Salete Fábio Aranha. SEESP/MEC. Volume 3, Brasília: 2004.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Aspectos legais e orientação pedagógica.** Org. por Fávero et al. SEESP/MEC. São Paulo: 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

LAMPERT, Daniela Nogueira et. al. **Incluir, quem? Por que?.** In: Cadernos ensino, pesquisa e extensão/ Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Laboratório de Pesquisa e Documentação – LAPEDOC. Santa Maria, 2001. p. 6-8.

LIBÂNEO, José Carlos. **Desenvolvendo ações e competências profissionais para as práticas de gestão participativa e de gestão da participação.** In: Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. Goiânia: Alterativa , 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Construir a escola das diferenças: caminhando pelas trilhas da inclusão.** Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP- Faculdade de Educação Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças/UNICAMP. Formação de Gestores e Educadores do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. 2011. CD-ROM.

MARCHESI, Álvaro. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas**. In: COLL, César (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Volume 3. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MOUSQUER Maria Elizabete Londero. **As políticas Públicas da Educação: gestão educacional e gestão escolar**. In: BIBLIOTECA virtual do ambiente Moodle da disciplina de Gestão Escolar e Organização Curricular. Curso de Especialização em Gestão Educacional, UFSM, 2010.

MENDES, Aracy dos Santos, SILVA, Silvana Catarina Azevedo. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Belém do Pará: UNAMA, 2001. Disponível em: <[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/interacao\\_inclusao.pdf.htm](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/interacao_inclusao.pdf.htm)>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMPELOTTO, Elisiane Maria. **Fundamentos da Educação Especial**. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Graduação Centro de Educação Curso de Graduação a Distância em Educação Especial, 2005.

RODRIGUES, Davi. **Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva**. Portugal: Porto, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SASSAKI, ROMEU K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHMIDT, Athos Pereira. **Uma perspectiva acerca da sociedade inclusiva**. In: *Escritos da Criança*. Centro Lydia Coriat. nº 5. Porto Alegre, 1998.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memmon, 1999.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

\_\_\_\_\_ **Muito prazer eu existo.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa.** Cadernos de Pesquisa, disponibilizado no ambiente do Curso de Pós – Graduação em Gestão Educacional – EAD, UFSM. 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e Gestão: extraindo significados da base legal.** In: MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de et. al. (Org.). *Gestão Escola Democrática: concepções e vivências.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche e PENIN, Sonia T. Sousa. **Refletindo sobre a função social da escola.** In: Sofia Lerche Vieira (Org.). *Gestão da Escola: desafio a enfrentar.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.